



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal de Lisboa

Moção

Pela solidariedade e contra a Europa Fortaleza

A actual crise dos refugiados é um drama sem precedentes na história europeia pós-Segunda Guerra Mundial. Fugindo da guerra, da violência, da fome, da pobreza, da perseguição política e religiosa, centenas de milhares de pessoas procuram nos países da União Europeia apenas uma vida com dignidade, o mais elementar dos direitos humanos. Muitos entre estes, morrem na tentativa. Nos últimos seis meses, são mais de mais de 3000 pessoas, homens, mulheres e crianças que morreram a tentar alcançar a Europa.

A Europa não pode permanecer indiferente. Não pode fechar portas ou virar costas a esta tragédia. Esperar que uma política securitária resolva o assunto não é realista nem eticamente aceitável. A Europa que gasta dinheiro e tempo a erguer muros e a transformar os seus mares, nomeadamente, o Mediterrâneo e o Egeu, em cemitérios a céu aberto é politicamente insustentável, eticamente indefensável e não é a Europa da solidariedade que queremos. São pois inaceitáveis as políticas repressivas e de fechamento que conduzem a indizíveis dramas humanos, como a morte por asfixia num camião de transporte de carnes na Áustria, os trucidados no Eurotúnel da Mancha a tentarem chegar a Inglaterra, os afogados do Mar Egeu e do Mediterrâneo, cujo expoente máximo é a insuportável imagem do corpo do menino Aylan a boiar numa praia turca. É precisa uma resposta política imediata para os milhares de pessoas a enfrentar ao relento, dias a fio, a intransigência e a insensibilidade dos governos europeus, mais particularmente, na sua fronteira oriental, entrincheirados por trás de muros de arame farpado guardados por

exércitos mobilizados contra a nova “praga”, como vergonhosamente, disse Cameron a respeito da vaga de migrantes.

Já em Maio, a Comissão Europeia falava em distribuir pelos estados membros da UE, nos próximos dois anos, cerca de 40.000 requerentes de asilo, principalmente, aqueles que se encontram na Grécia e em Itália. Mas, ao mesmo tempo que a Comissão preparava tal ideia de quotas por país, os dirigentes europeus insistiam na ideia de fechamento, multiplicando as declarações, segundo as quais os "migrantes irregulares devem ser recambiados". Esta contradição revela obviamente que estas medidas não só são pura e simplesmente cínicas e hipócritas bem como, não têm nenhuma adesão a realidade horrível vivida por centenas de milhares de refugiados provenientes, principalmente da Síria, Líbia, Afeganistão, Eritreia, Níger, etc, aonde não podiam absolutamente voltar. As pessoas que fogem de guerras civis, do terrorismo, do fundamentalismo religioso, pesadelos resultantes, na maior parte dos casos, das intervenções colonialistas das potências ocidentais, potenciadoras de opressão política e militar e da actuação predadora das multinacionais que, conscientemente saqueiam os recursos naturais destes países, comprometendo o presente e o futuro das populações locais que se vêem assim empurradas para a procura de melhores condições de vida.

Apesar de, a cada dia que passa, o gigantesco aumento de chegadas de refugiados, particularmente, a partir da fronteira oriental continuar a se agravar (1060% de aumento de chegadas só na Grécia em relação ao período homólogo e 880% de aumento do lado dos Balcãs Ocidentais, nomeadamente junto da fronteira húngara), as respostas da UE inscrevem-se num quadro político que prioriza o medo e instrumentaliza os sentimentos de (in)segurança que alimentam o racismo e a xenofobia.

Por um lado usam-se neste quadro, instrumentos e mecanismos como a Frontex, Europol, Euro-just, para empreender ou apoiar acções militares, prevendo afundar navios de refugiados, usando como álibi o

combate ao tráfico de pessoas e, por outro lado, a UE fala em "acelerar os acordos de readmissão com os países terceiros", uma forma diplomática de proceder a violentas expulsões em massa, confinamento e quarentena de migrantes em centros de detenção, tornados autênticos campos de concentração fechados.

Trata-se de uma estratégia baseada na repressão, ancorada numa hipocrisia social e política que procura empurrar refugiados e imigrantes fora da vista da opinião pública, evitando assim enfrentar esta crise humanitária e, infelizmente, promovendo por arrasto, através de um discurso do medo, a xenofobia e o racismo.

Hoje em dia, a mercantilização da mobilidade esta directamente ligada a promoção de acordos económicos e políticos rentáveis para a Europa e multinacionais europeias e também para os regimes que os refugiados estão a tentar escapar.

O governo português tem sido parte deste caminho profundamente errado que transformou o Mediterrâneo num cemitério e a Europa numa fortaleza fechada. Para além disto, face à catástrofe, recentemente, Pedro Passos Coelho esforçava-se por regatear o número de refugiados que o país aceitaria: dos 2.405 propostos por Bruxelas passou-se para cerca de 1.400, sendo que Portugal não chegou a receber nenhum dos 45 refugiados que deveria ter recebido o ano passado. O governo parece ser mais duro a negociar com vidas humanas que é preciso salvar do que com os interesses económicos que se vão apoderando do bem comum nacional nos processos de privatização.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 08 de Setembro de 2015, delibera:

1. Manifestar a sua solidariedade para com os refugiados;
2. Apelar ao Governo Português para que altere a sua postura face a esta crise e que envide todos os esforços para garantir todas as condições necessárias para o bom acolhimento dos refugiados;

3. Declarar o seu empenho e disponibilidade para fazer parte da solução, nomeadamente apelando à criação de uma rede de cidades-refúgio;

4. Declarar Lisboa Cidade de Acolhimento de Refugiados.

Lisboa, 08 de Setembro de 2015

P' Bloco de Esquerda,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ricardo Robles', with a stylized, cursive script.

Ricardo Robles